

MOVIMENTO AMBIENTALISTA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: incompatibilidade congênita

MOVEMENT ENVIRONMENTALIST AND MAINTAINABLE DEVELOPMENT: congenital incompatibility

Leonardo Nunes Santana¹

RESUMO

Vivemos período de crise jamais enfrentado por uma sociedade humana, o que, mais que convergência de ideias, provoca atritos e confrontos entre seres humanos e destes com o meio natural. Contudo, uma conscientização ambiental ocorre paralelamente, dando origem ao movimento ambientalista. A referência paradigmática deste movimento é, certamente, o Desenvolvimento Sustentável, porém, é possível notar uma incompatibilidade entre as premissas do movimento ambientalista e o modelo de desenvolvimento que se diz sustentável. Nesta direção, este artigo trata de aspectos pertinentes aos movimentos sociais, abrangendo tipos e características respectivas. Além disso, traz uma síntese do ideário vigente para Desenvolvimento Sustentável e breves apontamentos sobre a incompatibilidade congênita entre as demandas e ações do movimento ambientalista e o pensamento do Desenvolvimento Sustentável.

Palavras-chave: Movimentos Sociais. Movimento Ambiental; Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

We lived crisis period faced never by a human society, which, more than convergence of ideas, provokes attritions and confrontations among human beings and of these with the natural way. However, an environmental understanding happens parallel, creating the movement environmentalist. The reference of this movement is, certainly, the Maintainable Development, however, it is possible to notice an incompatibility among the movement environmentalist's premises and the development model that it is said maintainable. In this direction this article deals with aspects relevant to social movements, covering types and respective characteristics. It also contains the summary of the ideology in force for Sustainable Development, and brief notes about the congenital incompatibility between the demands and actions of the environmental movement and the thought of Sustainable Development.

Keywords: Social Movements; Environmental Movement; Sustainable Development.

¹ Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Bacharel em Design pela Universidade Tiradentes.

1. INTRODUÇÃO

A contestação social jamais, ao longo da história, deixou de estar presente na vida em comum dos seres humanos, através de movimentos sociais diversos em diferentes períodos e épocas, podendo, se tomados tempos mais recentes, as revoltas ocorridas na transição do Antigo Regime para o Liberalismo ser consideradas “primitivas” ou “pré-modernas” relativamente aos movimentos sociais da contemporaneidade. Hobsbawm (1978) entende que esses protestos surgiram do confronto entre o sistema capitalista incipiente e a tradicional organização social então vigente.

Um dos argumentos adotados para fazer distinção entre modos de protesto arcaicos e “modernos” consiste em que os primeiros não se contrapõem à ordem social vigente, contribuindo, portanto, para manter e até reforçar maneiras de viver tradicionais e paternalistas, e, além disso, não deram origem a movimentos sociais modernos, organizados e politizados, razão por que, segundo Hobsbawm (1978), devem ser classificados pré-políticos e reformistas, não revolucionários.

Constata-se, pois, facilmente que as formas de contestação acompanharam o evoluir da sociedade. As formas de protesto acompanham, de fato, as transformações que ocorrem na política, na economia, na cultura, na educação, na sociedade em geral. Nos dias atuais, certamente, ocorrem movimentos sociais que atuam de maneira diferente daqueles tidos como pré-modernos, uma vez que, além de ideário diverso daquele dos protestos “primitivos”, dispõem, inclusive, de meios tecnológicos informatizados que lhes facilita divulgar ideias e agendar encontros. É a instauração da sociedade em rede, inclusive para protestar.

Este artigo aborda os movimentos sociais contemporâneos, caracterizando-os quanto à evolução e quanto à vertente ambiental, que é confrontada com o ideário vigente para o Desenvolvimento Sustentável.

Quanto à metodologia, este trabalho resulta de pesquisa bibliográfica e de estudo e análises feitas pelo autor no curso da elaboração da dissertação de mestrado e da tese de doutorado.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

Movimentos sociais são organizações da sociedade civil que atuam coletivamente resistindo a todas as formas de exclusão e lutando pela inclusão numa sociedade justa. Ações desses movimentos levantam e apresentam demandas sociais de determinado grupo, através de conscientização, de manifestações em espaços públicos, como ocupação de ruas e praças, e

realização de passeatas, ações e eventos que, segundo Gohn (2014, p. 336), “projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo”. No entendimento de Gunder Frank e Fuentes (1989, p. 19), os movimentos sociais se baseiam “num sentimento de moralidade e (in)justiça e num poder social baseado na mobilização social contra as privações (exclusões) e pela sobrevivência e identidade”.

Os movimentos sociais têm motivações diversas, em geral demandas não atendidas nas áreas de saúde, de educação, de meio ambiente e de habitação, e se caracterizam, de acordo com Gohn (2014), por possuírem liderança, base, demanda, opositores e antagonistas, conflitos sociais e projeto sociopolítico, entre outros quesitos. Ferreira (2003) entende que movimentos sociais visam determinadas finalidades a partir da ação de grupos organizados, isto é, buscam alcançar mudanças sociais por meio de luta política, com base em valores ideológicos compartilhados, com questionamento de determinada realidade impeditiva da realização das expectativas do movimento.

Lambertucci (2009, p. 72) assinala que “[...] as contribuições dos movimentos e organizações sociais impactam as políticas públicas e são garantias de execução [...] Isto significa uma mudança na relação com a sociedade civil e um autêntico reconhecimento do papel das entidades” e acrescenta que “[...] os atores sociais formam opinião, se expressam, fazem sua vontade ganhar poder coletivo e, assim, interferem nos destinos do país” (idem, p. 82).

Segundo Machado (2007), na travessia da década de 1990 e anos iniciais do século XXI, os movimentos sociais adquiriram papel relevante como atores políticos no Estado democrático, por serem portadores legítimos e representantes dinâmicos de demandas de setores diversos da sociedade civil, tornando-se os catalisadores do potencial de conflito da sociedade, em razão de sua “institucionalização” como atores sociais necessários para o melhoramento da democracia.

Os movimentos sociais a que se assiste no século XXI põem em causa o próprio exercício da democracia, uma vez que, de acordo com Touraine (1998, p.263), “o principal objetivo da democracia deve ser permitir que indivíduos, grupos e coletividades se tornem sujeitos livres, produtores de sua história, capazes de reunir em sua ação o universalismo da razão e as particularidades da identidade pessoal e coletiva”.

2.1. Novos Movimentos Sociais

A erosão da identidade de classe, como identidade unificadora e abrangente, resultou na fragmentação e reestruturação das identidades partir de novos e variados interesses, agora parciais,

isto é, substituíram-se os interesses universais e classistas por objetivos de grupo de novos movimentos sociais. Evangelista (2007) acredita que:

“Esses novos atores políticos não mais possuiriam uma origem em determinadas relações sociais estruturais, nem muito menos em relações sociais de produção (...) Para a política pós-moderna, teriam desaparecido os sujeitos históricos que ocupam a priori uma posição política estratégica por sua inserção estrutural na sociedade capitalista” (EVANGELISTA, 2007, p.177-178).

A denominação Novos Movimentos Sociais só faz sentido se considerada em âmbito histórico do desenvolvimento da sociedade Ocidental, contexto em que as expressões “novos” e “velhos” movimento(s) social(ais) podem referir, respectivamente, movimentos feministas, estudantis, pacifistas e ambientalistas, e trabalhadores industriais e agrícolas. Touraine (1998) faz distinção radical entre “novos” e “velhos” movimentos sociais, por entender que, assim como o movimento operário teria sido produto da sociedade industrial, os “novos” movimentos, liderados e integrados por infinidade de identidades, oriundas em sua maioria de classes médias, em que a contestação da privação e a defesa do bem-estar econômico são rejeitadas pelas orientações culturais da sociedade, seriam o resultado da sociedade *pós-industrial* ou *programada*, em que os principais conflitos sociais já não teriam pertinência com a divisão capital/trabalho, o controle dos meios de produção e a dicotomia de classes, mas com a produção simbólica de bens, de informação e de cultura.

Não obstante a radicalidade de sua distinção, Touraine (1998) não deixa de considerar a possibilidade de os “novos” movimentos poderem vir a ter papel de transformação social tão ou mais importante que movimento operário. Se neste se juntaram diversas identidades coletivas correspondentes às faces ofensiva (operários com nenhuma ou baixa qualificação) e defensiva (operários mais qualificados) do movimento dos trabalhadores urbanos, aqueles, segundo McDonald (2006), poderão gerar conflito central iniciado não no chão das fábricas e nos locais de trabalho, mas em decorrência das condições e modos de produção cultural e de conhecimento concebidos e impostos pelos tecnocratas entronizados no governo das sociedades pós-modernas.

Os “novos” movimentos sociais surgem associados à fase do *capitalismo tardio*, proclama Habermas (1986 [1981]), porque ocorrem nas sociedades modernas ocidentais, quando se consolidam as funções sociais do Estado, por meio da regulação da economia e da redistribuição dos rendimentos, o que colonizou todo espaço da reprodução simbólica, de interação e de comunicação dos indivíduos, isto é, submeteu a controle o *mundo da vida*. Habermas (1986) entende que, para o surgimento desses “novos” movimentos, sobrevieram causas sociais e políticas

novas e diversas, como, entre outras, movimentos ambientalistas, juvenis, pacifistas e os que defendem modos de produção e de vida diferentes daqueles vigentes nesse capitalismo tardio, as quais tinham, no entanto, em comum o propósito de resistir e de combater a *colonização do mundo da vida*, especialmente no âmbito da vida privada e individual, dos papéis sociais e profissionais dos indivíduos e do paradigma consumista dominante nas sociedades industrializadas.

Offe (1985), por seu turno, acredita que uma nova classe média, em nome de novas formas de concepção política e de temas reivindicativos que vão além dos simples direitos econômicos e sociais mais elementares, anima os “novos” atores coletivos, uma vez que os “novos” movimentos sociais – embora deles participem indivíduos ameaçados pelo avanço técnico-científico ou “desmercantilizados” excluídos do mercado de trabalho - são liderados por cidadãos oriundos de classe média altamente qualificada, com elevada escolaridade, que exerce atividade profissional sobretudo na área pública, possuidora, portanto, de vínculos laborais estáveis e de bem estar econômico que lhe permitem - e fazem - avançar para revivindicações pertinentes a temas como ambiente, relações de gênero, identidade sexual, saúde e corpo.

Autor com significativa contribuição no estudo do tema, Melucci, em *Challenging Codes* (1996), se afasta da expressão “novos movimentos sociais”, por ter ela, segundo ele, provocado, com frequência, discussões inúteis para o entendimento mais consistente dos movimentos sociais contemporâneos. Esse autor acredita que talvez seja mais adequado falar em “áreas de movimentos” ou em “redes de movimentos”, em virtude de ser global o âmbito das causas e individual da realização através das experiências coletivas; ensejar a multiparticipação a possibilidade de ativistas ter envolvimento com mais do que uma causa; e ser o envolvimento sempre de curta duração e de abrangência parcial.

O debate sobre os “novos movimentos sociais”, como se constata, é repleto controvérsias e variantes, mas se justifica na medida em que esses movimentos vão além do conflito de classes para abranger questões culturais em diversos âmbitos. Montaño e Duriguetto (2010) informam que “novos movimentos sociais”, isto é, os movimentos sociais da contemporaneidade, surgem especialmente em meados do século XX com o objetivo de complementar a luta de classes do movimento clássico operário e de constituir nova opção para movimentos tradicionais e partidos políticos de esquerda.

Independentemente das deonominações que se lhes dêem, é incontestável haver atualmente pluralidade de “sujeitos sociais” importantes, que buscam, mesmo no limite da sociedade capitalista, cada dia mais liberal e globalizada, promover mudanças viáveis sem vinculação necessária a determinada da classe social, do que resulta a substituição dos conceitos de

revolução e de *emancipação* por pequenas lutas, descentradas e descoordenadas, locais e de curta duração.

2. 2. Movimentos Sociais em Rede

Nos dias atuais, chama a atenção o uso de diferentes formas de ação coletiva e de novos espaços e recursos para os indivíduos operarem (re)conhecimento em grupo e promoverem organização e ações coletivas. Scherer-Warren (2005) entende que, na sociedade da informação, os movimentos sociais, em decorrência, sobretudo, da melhoria e da universalização do uso das tecnologias da informação e comunicação, apresentam configuração diferente, em que têm relevo três dimensões: temporalidade (possibilidade de consideração de tempos sociais diversos); espacialidade (gênese de novos espaços, virtuais e reais, e suas interações); e, sociabilidade (novas formas de relacionamento social, com maior intensidade, alcance, intenções, conectividade e dimensões no âmbito público).

As redes sociais podem ser definidas como qualquer tipo de relacionamento entre pessoas, mediado ou não por recursos informáticos, operado por interações que têm por objetivo, em virtude de interesses particulares, defesa de outros ou em nome de organizações, mudar a vida das pessoas, motivação que se pode estender a finalidades sociopolíticas. Essas redes, que recebem denominações como ‘redes sociais na internet’ ou ‘redes sociais virtuais’, se referem a formatos de sociabilidade e de relacionamento virtual, que as diferenciam do relacionamento real quanto a objetivos e a dinâmica. De acordo com Castells (1999), as redes sociais, especialmente as virtuais, constituem espaços de interação social que possibilitam a comunicação fácil e instantânea entre usuários e favorecem a globalização da informação, na medida em que é mundial a conectividade promovida pela internet.

Lévy (2000, p. 127) define como virtual a rede que “é construída sobre as afinidades de interesses, de conhecimentos, sobre projetos mútuos, em um processo de cooperação ou de troca, tudo isso independente das proximidades geográficas e das filiações institucionais”, ademais, segundo ele, elas “constituem o fundamento social do ciberespaço e a chave da ciberdemocracia” (LÉVY, 2002, p. 67); por outro lado, Rheingold (1996, p. 18) conceitua redes virtuais como “agregados sociais surgidos na Rede, quando os intervenientes de um debate o levam por diante em número e sentimento suficientes para formarem teias de relações pessoais no ciberespaço”.

As redes sociais virtuais constituem atualmente importante espaço de interação, reconhecimento e ação, embora possam requerer, em certas situações, outro tipo de recurso e ambiente para desenvolver a atuação social. Scherer-Warren (2006) ilustra o caso das mobilizações contemporâneas no âmbito público, que, segundo ele, são consequência de articulações entre:

“atores dos movimentos sociais localizados, das ONGs, dos fóruns e redes de redes, mas buscam transcendê-los por meio de grandes manifestações na praça pública, incluindo a participação de simpatizantes, com a finalidade de produzir visibilidade através da mídia e efeitos simbólicos para os próprios manifestantes (no sentido político-pedagógico) e para a sociedade em geral” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 112).

As redes sociais virtuais, embora ainda estejam em fase de construção e carentes ainda de estudo, constituem já, inegavelmente, importante marco diferencial na atuação dos/nos movimentos sociais, uma vez que provocam consideráveis alterações no modo como relações e ações coletivas se estabelecem e operam. Elas despontam como importantes espaços para identificar e reconhecer demandas individuais como coletivas e permitir que a cooperação amplie a ação dos indivíduos.

2.3. Movimento(s) Ambientalista(s)

Ambientalismo é a denominação dada ao conjunto de concepções teóricas e de ações práticas orientadas para a preservação do meio ambiente, que, considerado de maneira ampla, é integrado por elementos físicos, químicos, biológicos, sociais, humanos e eventuais outros constituintes de ser; e, tomado de forma restrita, refere-se aos aspectos físicos e da natureza com os quais a espécie humana interage, acepção esta a que se associa o chamado movimento ambientalista.

O movimento ambientalista tem origem na intensificação, na segunda metade do século XX, da exploração desenfreada dos recursos da natureza e consequente degradação ambiental com caráter global, que aprofundaram a consciência ecológica em muitos segmentos da sociedade e fizeram aparecer reivindicações no sentido de sustar e reverter esse quadro de esgotamento e deterioração.

Diferentemente dos outros movimentos sociais, que partem de situações sociais pré-existentes, os grupos que integram o movimento ambientalista são difusos, inapreensíveis da mesma forma que outros grupos, uma vez que propõem outro *modus vivendi* e outra cultura que rompa com valores consagrados pela tradição. Apesar de sua heterogeneidade, os diferentes grupos ambientalistas têm em comum o fato de estarem associados com as condições de produção e de satisfação das necessidades básicas da população e emergirem, assim, como transmissores de

mudança social e como resposta à crescente deterioração ambiental, o que garante alcance social e político global para suas perspectivas sociais, para suas estratégias políticas e para sua prática.

O movimento ambientalista, que, em sua constituição e evolução, é amálgama de visões e tendências que abrange, entre outros, protecionismo, conservacionismo, ecologia política, gestão articulada e gestão de sustentabilidade, é, como qualquer outro movimento social, dinâmico, que leva Carlos Loureiro a afirmar:

[...] as formas associativas e as orientações políticas e ideológicas se diversificaram, em uma miríade que deve ser analisada como um todo dinâmico que se movimenta na história. Por esta razão, o que temos são ambientalismos diversos e conflitantes e não um ambientalismo monolítico e idealizado, dentro do qual todos os que se pretendem ambientalistas devem se enquadrar para que possam se legitimar como tal (LOUREIRO, 2006, p. 18).

As reivindicações do movimento ambientalista, que vão desde a redução do desmatamento e a preservação geral do meio ambiente até as questões mais complexas e delicadas – muitas vezes ainda não passíveis de discussão na comunidade científica -, se apoiam em concepção filosófica que, além de pertinências com a ética, o meio ambiente e a moral, almeja promover nova postura diante da vida.

O movimento ambientalista faz, na verdade, no conjunto de suas manifestações e reivindicações, um alerta para a insustentabilidade, a se prosseguir no relacionamento atualmente vigente da espécie com seu entorno natural, da vida humana, e da vida em geral, no Planeta Terra, na linha da ponderação externada por Manuel Castells:

“[...] movimento ambientalista, provavelmente o maior e o mais influente de nosso tempo [...] pela dissonância criativa de suas múltiplas vozes, lança seu desafio à desordem ecológica global, ou seja, o risco de suicídio ecológico, provocado pelo desenvolvimento global desenfreado e pelo desencadeamento de forças tecnológicas sem precedentes, sem que sua sustentabilidade social e ambiental tenha sido avaliada (CASTELLS, 1999, p.94):

3. DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A expressão *desenvolvimento sustentável*, concebida na década de 1980 e amplamente empregada no documento *Nosso Futuro Comum*, só se consolidou na Rio/92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, quando as organizações internacionais a endossaram como enunciado normativo da ligação biunívoca e necessária que deveria existir entre crescimento econômico e meio ambiente. Esse endosso unânime fez crer que os

governos e os movimentos sociais haviam alcançado um sensato ponto de equilíbrio, um meio termo que não privilegiasse a idolatria do crescimento nem o esgotamento dos recursos da natureza.

O crescimento da literatura sobre desenvolvimento sustentável produziu dezenas de definições e conceitos e transformou a expressão em termo central no discurso ecológico oficial, sem que, no entanto, tenha tornado consensual sua real significação. Talvez esteja certo Veiga (1998), quando concorda com a afirmação de Eric Hobsbawm de que desenvolvimento sustentável é uma expressão “*convenientemente sem sentido*”, ou mesmo, como comenta Van Bellen (2005), algo sem consenso diante da impossibilidade de se mensurar a sustentabilidade.

É de se concordar também com Veiga (2010, p. 208), quando ele entende que se trata de algo próximo de uma “*nova utopia de entrada no terceiro milênio*” cujo significado não se expressa com clareza em razão de exprimir muito dos interesses de quem dela se vale.

Para os autores do relatório da *World Commission on Environment and Development* (WCED, 1987), o desenvolvimento sustentável tem sua essência na harmonia entre a exploração sábia dos recursos e os desenvolvimentos tecnológicos, sempre centrados não somente em atender as necessidades do presente, mas comprometendo-se também com possibilitar que as gerações futuras tenham condições de ter suas necessidades e aspirações satisfeitas.

Um modelo autêntico de desenvolvimento sustentável, no entender de Haque (2000), ocorre quando o desenvolvimento ultrapassa o simples crescimento econômico, quando acontece o reconhecimento da diversidade cultural, das crenças de um povo e se vai além do mero consumismo, fortalecendo as bases de estilo de vida desejável, por meio de ações de equilíbrio, tanto interna como globalmente, de planejamentos legais e institucionais e da preservação ambiental.

Independentemente da complexidade e da controvérsia imbricadas na ideia de desenvolvimento sustentável e da multiplicidade de definições dadas a essa expressão, pode-se, parece, aceitar que ela consiste numa proposta de harmonia integradora entre os seres humanos e a natureza, cuja aplicação na prática, no entanto, num mundo eivado de crises, de complexidade e de incertezas crescentes, sempre estará longe de aceitação fácil e consensual.

Veiga (2006, p.169), reportando-se ao livro *Colapso*, de Jared Diamond, menciona que a única possibilidade da expressão desenvolvimento sustentável deixar de ser mero conto de fadas é as sociedades contemporâneas se comprometerem em não destruir ou esgotar os recursos naturais, respeitando seus limites, não aplicando artifícios nocivos ao meio ambiente e promovendo ajustes entre crescimento e aspirações da população.

Apesar de toda complexidade expressiva e compreensiva, ainda em curso, do desenvolvimento sustentável, é preciso apontar a presença da sinalização promissora evidenciada na tomada de consciência de parte das elites, especialmente econômicas e políticas, dos limites dos recursos naturais. O principal mérito das discussões tem sido até aqui o da progressiva conscientização – concretizada no aparecimento de práticas, mesmo que ainda quase sempre tímidas e isoladas - no sentido de que não se deve nem se pode perseguir o desenvolvimento privado de compreensão e de prática holísticas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento sustentável é, certamente, a referência paradigmática do movimento ambientalista, e todos os grupos que o integram concordam com que sua concretização deve ser perseguida insistente pelas sociedades humanas. A prevalência desse parâmetro demonstram-no empiricamente a expansão do movimento em âmbito global e instauração de novos comportamentos e regulações sociais (principalmente legislação ambiental) com vista à preservação do meio ambiente.

O movimento ambientalista se confronta, no entanto, com séria contradição. Ao enfatizar e pressionar insistente os agentes econômicos para que absorvam custos pertinentes ao ambiente físico, corre risco de induzir o capital a compensar esses dispêndios, aprofundando, assim, a exploração força de trabalho ou incentivando os investimentos em avanço tecnológico, com vista a reduzir o gasto com mão de obra no processo produtivo.

Há incompatibilidade visível entre as premissas do movimento ambiental e o modelo de desenvolvimento que se diz sustentável. Há ocasionais esforços em realmente transformar o processo produtivo mais “amigo da natureza”, medidas tomadas, no entanto, em geral, desde que não afetem o lucro. Procede, parece, a enunciação reticente de Boff (2012, p. 48) de que “Aqui e acolá se verificam avanços no sentido da produção em níveis de mais baixo carbono, utilização de energias alternativas, reflorestamento de regiões degradadas e a criação de melhores sumidouros de dejetos, mas reparemos bem: tudo é realizado desde que não afetem os lucros, não se enfraqueça a competição e não se prejudiquem as inovações tecnológicas” e que “Aqui a utilização da expressão “desenvolvimento sustentável” possui uma significação política importante: representa uma maneira hábil de desviar a atenção para os reais problemas, que são a injustiça social nacional e mundial, o aquecimento global crescente e as ameaças que pairam sobre a sobrevivência de nossa civilização e da espécie humana” (Ibid.).

Em suma, percebe-se que a proposta contemporânea de desenvolvimento social, tem, por um lado, coincidências com a perspectiva do pensamento ambientalista histórico, comprometidas de fato com a vida na Terra e qualidade ambiental para gerações vindouras, e, por outro, apresenta facetas que apenas legitimam ideologia de crescimento material infinito neste Planeta com recursos sabidamente finitos, ou seja, chancelam modelo de desenvolvimento “insustentável”.

Por mais que se expanda e seja atuante o movimento ambiental em todas as facetas, manifestações e reivindicações, tem de se ser cético quanto a, neste mundo capitalista, crescentemente consumista, liberal e globalizado, vir-se a atingir desenvolvimento sustentável com dimensões básicas de equidade intrageracional (qualidade de vida a todos os contemporâneos) e intergeracional (preservação do meio ambiente para as próximas gerações) e equidade internacional (sustentabilidade ambiental, social e econômica em todos os países, independentemente de localização geográfica, regime de governo, clima recursos naturais, ou estágio de desenvolvimento)

REFERÊNCIAS

- BOFF, Leonardo. **Sustentabilidade**: o que é: o que não é. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. **O poder da identidade**. Trad. Klauss Brandini Gerhardt. 2^a ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento). **Nosso Futuro Comum**. 2^a ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.
- EVANGELISTA, João Emanuel. **Teoria social pós-moderna** - introdução crítica. Porto Alegre: Sulina, 2007.
- FERREIRA, Delson. **Manual de Sociologia** – Dos Clássicos à Sociedade da Informação. 2^a ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- GOHN, Maria da Glória. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. 2^a ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014. (Questões da nossa época, 47).
- GUNDER FRANK, André e FUENTES, Marta. **Dez Teses sobre os Movimentos Sociais**. Lua Nova, nº 17, 1989.
- HABERMAS, Jurgen. **The Theory of Communicative Action. The Critique of Functionalism Reason**, vol. 2. Cambridge: Polity Press, 1986 [1981].
- HAQUE, M. Shamul. Environmental discourse and sustainable development: linkages and limitations. **Ethics and the Environment**, vol. 5, nº 1. Disponível em <<http://profile.nus.edu.sg/fass/polhaque/ms%20haque.pdf>>. Acessado em 18 de março de 2017.
- HOBSBAWM, Eric (1978). **Rebeldes Primitivos**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

LAMBERTUCCI, Antonio Roberto. A participação social no governo Lula. In: AVRITZER, Leonardo (org.). **Experiências nacionais de participação social**. São Paulo: Cortez, 2009. (Coleção Democracia Participativa)

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. Trad. Carlos Irineu da Costa. 2^a ed. São Paulo: Editora 34, 2000. 260p.

_____. **Ciberdemocracia**. Trad. Alexandre Emílio. Lisboa: Instituto Piaget, 2002.

LOPES, José Sérgio Leite. Sobre processos de ambientalização dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, jan./jun. 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico. **O movimento ambientalista e o pensamento crítico: Uma abordagem política**. 2^a ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2006.

MCDONALD, Kevin, **Global Movements. Action and Culture**, Oxford: Blackwell Publishers, 2006,

MACHADO, Jorge Alberto. Ativismo em rede e conexões identitárias: novas perspectivas para os movimentos sociais. **Sociologias nº18**, julho-dezembro, 2007. Porto Alegre.

MELUCCI, Alberto. **Challenging Codes**. Collective Action in the Information Age, Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe e movimento social**. São Paulo: Cortez (Biblioteca básica do Serviço Social), 2010.

OFFE, Claus. New social movements: challenging the boundaries of institutional politics. **Social Research**, (online), 52 (4), 1985, p. 817-868 Disponível em <http://www.jstor.org/stable/40970399>. Acessado em 6 de abril de 2017.

TOURAIN, Alain. **La producción de la sociedad**. Mexico: IISunam, 1995.

RHEINGOLD, Howard. **Comunidad virtual**. Trad. Helder Aranha. Lisboa: Gradiva, 1996.

SCHERER-WARREN, Ilse. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Revista Nueva Sociedad**, Caracas, n. 196, mar-abr, p. 77-92, 2005.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Revista **Sociedade e Estado**. Brasília-DF, v.21, p. 109-130, 2006.

TOURAIN, Alain, **Pourrons-Nous Vivre Ensemble?** Paris: Editions Fayard, 1998,

VAN BELLEN, Hans Michael. **Indicadores de sustentabilidade**: uma análise comparativa. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VEIGA, José Eli da. Falha Tectônica no Desenvolvimento Sustentável. **O Estado de São Paulo**. São Paulo, 4 jul. 1998. Disponível em http://www.zeeli.pro.br/wp-content/uploads/2012/06/33_04-07-98-Falha-tectonica-no-desenvolvimento-sustentavel.pdf. Acessado em 16 março de 2017.

_____. **Meio ambiente & desenvolvimento**. São Paulo: Editora SENAC São Paulo, 2006. (Série Meio Ambiente; 5/coordenação José de Ávila Aguiar Coimbra).

_____. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.